

Plano estuda pressão turística no Corvo e admite futuros limites diários de visitantes

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infra-estruturas, Berta Cabral, anunciou esta semana o arranque do Plano de Monitorização dos Fluxos de Visitação à Ilha do Corvo – Verão 2026, uma iniciativa que visa recolher informação objectiva e rigorosa sobre a actividade turística durante o período de maior afluência de visitantes.

Coordenado pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infra-estruturas, através da Açores DMO, o plano, apresentado na recente visita estatutária ao Corvo, tem como principal objectivo conhecer de forma mais aprofundada a realidade dos fluxos turísticos na ilha e criar uma base de informação sólida que apoie futuras decisões de gestão sustentável do destino.

Segundo Berta Cabral, esta iniciativa surge na sequência das preocupações manifestadas pela comunidade local e por diversas entidades da ilha relativamente ao aumento da pressão turística registada durante os meses de verão, particularmente associada às deslocações marítimo-turísticas provenientes da ilha das Flores.

“O Corvo é um destino singular e de elevado valor ambiental, paisagístico e cultural. É fundamental garantir que o crescimento da actividade turística continua a gerar benefícios para a população local, assegurando simultaneamente a preservação dos seus recursos naturais e a qualidade da experiência proporcionada aos visitantes”, afirma a governante.

O plano pretende monitorizar quantitativa e qualitativamente os fluxos de visitação, os seus padrões de comportamento e os respectivos impactos na mobilidade, infra-estruturas, serviços locais, recursos naturais e qualidade de vida da população residente.



Os trabalhos decorrerão entre Julho e Setembro de 2026 e incluem um conjunto abrangente de acções de recolha e análise de informação no terreno.

Entre as principais componentes do plano destaca-se a monitorização das entradas de visitantes por via marítima e aérea, permitindo quantificar diariamente os fluxos turísticos e identificar períodos de maior pressão. Será igualmente efectuada contagem presencial de visitantes no Porto do Corvo, bem como a recolha de dados relativos às chegadas marítimas provenientes das Flores.

O plano contempla ainda o levantamento da capacidade instalada de alojamento e restauração, com o objectivo de avaliar a capacidade de resposta da oferta turística existente e identificar eventuais desfasamentos

entre a procura e os serviços disponíveis.

Outra vertente relevante será a monitorização da pressão exercida sobre os principais locais de interesse turístico da ilha, nomeadamente o Caldeirão e os trilhos pedestres, através de observação directa, contagens de visitantes e recolha de informação relativa a congestionamentos, utilização dos espaços e eventuais impactos ambientais.

Paralelamente, será implementado o “Barómetro Corvo”, um inquérito de satisfação dirigido aos visitantes, destinado a recolher informação sobre o perfil dos turistas, as suas motivações, a qualidade da experiência proporcionada pelo destino e a percepção dos níveis de lotação. A iniciativa será complementada pela recolha

de percepções da comunidade local e dos principais agentes económicos e turísticos da ilha relativamente aos impactos da actividade turística.

O plano prevê igualmente a criação de um conjunto de indicadores que permitirão acompanhar a evolução da procura turística, nomeadamente o número diário de visitantes, os picos horários de pressão, a utilização dos trilhos, a ocupação dos principais pontos de interesse, o grau de satisfação dos visitantes e a percepção dos residentes.

Os resultados serão compilados num relatório técnico a apresentar até ao final de 2026, constituindo uma ferramenta de apoio à definição de futuras políticas públicas para a ilha.

Entre os resultados esperados destacam-se a obtenção, pela primeira vez, de dados objectivos sobre a capacidade de carga turística do Corvo, a identificação de limiares de pressão diária, o reforço da sustentabilidade do destino e a melhoria da convivência entre o desenvolvimento turístico e a qualidade de vida da população local.

A informação recolhida poderá, numa fase posterior, sustentar a avaliação de diferentes medidas de gestão da visitação, incluindo a eventual definição de limites diários de visitantes, a gestão de horários de chegada, o reforço de infra-estruturas e serviços de apoio, ou a implementação de mecanismos de regulação dos fluxos turísticos.

“A estratégia do Governo dos Açores passa por promover um turismo sustentável, equilibrado e gerador de valor para as comunidades locais. Este plano representa mais um passo nesse compromisso, permitindo tomar decisões sustentadas por dados e conhecimento”, conclui Berta Cabral.

Construção de 48 habitações na Terra Chã passa do PRR para o Açores 2030 após concurso ficar sem propostas

A Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, Maria João Carreiro, garantiu que o Governo dos Açores está a trabalhar para assegurar as condições para o lançamento, ainda este ano, de novo concurso público para a construção de 48 habitações na zona sul do Bairro da Terra Chã, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

Durante uma visita ao bairro, na qual participaram o Director Regional da Habitação, Daniel Pavão, e o Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã, Luís Soares, a governante adiantou que está a decorrer a revisão do projecto, seguindo-se a aprovação em Conselho do Governo do concurso público internacional e a sua abertura.

“Este Governo dos Açores não esteve parado. A 30 de Janeiro de 2025 lançámos o concurso público para a construção de 48 habitações no Bairro da Terra Chã. Acontece que não foi

recepcionada qualquer proposta para a execução daquela obra, que estava enquadrada no investimento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”, lembra.

De acordo com a Secretária Regional, face ao prazo da empreitada, ao tempo necessário para a abertura e instrução de novo procedimento contratual, bem como aos prazos para execução do PRR, não foi possível continuar a enquadrar a mesma acção no PRR.

Ainda assim, considerando a importância deste investimento enquadrado no Plano Geral de Reconversão Urbanística e Habitacional do Bairro da Terra Chã, o Governo dos Açores voltou a assegurar o financiamento desta empreitada, desta feita por via do Açores 2030.

“Projectos como este traduzem uma política pública orientada para resultados concretos, capazes de gerar mudanças reais e duradouras na vida das pessoas e



no desenvolvimento das comunidades. Mas não podemos saltar nem atropelar etapas, pelo que esta será sempre uma intervenção faseada com concretizações progressivas”, nota.

Em relação às 12 habitações emparelhadas, a governante explica que as mes-

mas estão enquadradas no Plano Geral do Bairro, razão pela algumas das quais serão reabilitadas e outras darão lugar a novas infra-estruturas urbanísticas, sendo que no final desta intervenção de reconversão urbanística o número de habitações não será diminuído.